

DOI: 10.30612/frh.v25i45.17112

**A(s) identidade(s) dos povos indígenas em diferentes espaços: análise de transformações histórico-sociais**

*Indigenous identity (ies) on different spaces: an analysis of historical and social transformations*

*La(s) identidad(es) de los pueblos indígenas en diferentes espacios: analyses de transformaciones histórico-sociales*

**Raine Clavisso Pereira**

Pós-Graduação Inderdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná  
Campo Mourão, Paraná, Brasil  
raine.clavisso@hotmail.com  
<https://orcid.org/0009-0005-7472-257X>

**Marcos Clair Bovo**

Pós-Graduação Inderdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná  
Campo Mourão, Paraná, Brasil  
mcbovo69@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-3582-6702>

**Fred Maciel**

Pós-Graduação Inderdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná  
Campo Mourão, Paraná, Brasil  
fred.maciel@ies.unespar.edu.br  
<https://orcid.org/0000-0001-5324-5157>

**Resumo:** Os povos nativos que habitavam e habitam o território paranaense sofreram com invasões dos colonizadores e dos bandeirantes. As predominâncias territoriais das etnias Kaingang e Guarani foram sendo modificadas pela mobilidade decorrente de fugas por conflitos, expropriações territoriais e ambientais, explorações, miserabilidade,, entre outras. Ocorrem, assim, deslocamentos temporários ou permanentes de grupos indígenas para diversos espaços tal como em perímetro urbano das cidades. Diante disso, este artigo objetiva analisar a identidade dos povos indígenas em diferentes espaços, evidenciando as transformações histórico-sociais ocorridas na contemporaneidade. Para tanto, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica em periódicos científicos, livros, teses e dissertações por meio das seguintes palavras-chave: identidade indígena nos espaços urbano e rural, cultura indígena, territorialidades e contemporaneidade. Os resultados indicam a presença de segregações e discriminações nos espaços urbanos e rurais com negações da identidade indígena e possibilidades de adaptação cultural. Fatores como a etnia e a identidade dos povos indígenas resistem às mudanças e permanecem independentemente do espaço que ocupam, havendo um processo de reterritorialização e de constituição de família extensa, pois ocorre uma dinamicidade cultural ou intercultural, utilizando a modernidade como meio de visibilidade e de reconhecimento. Portanto, tais resultados visam contribuir com os conhecimentos a respeito da identidade dos povos indígenas e fornecer subsídios para o incentivo da promoção de políticas públicas adequadas ao reconhecimento dos povos indígenas nos espaços dignos de direitos fundamentais.

**Palavras-chave:** Identidade indígena. Contemporaneidade. Reterritorialização. Dinamicidade cultural. Reconhecimento.

**Abstract:** Native people who used to live, and still live, in Paraná region had suffered land invasions by settler colonizers and bandeirantes. The Kaingang and Guarani ethnic groups predominance started changing due to the migration that was a result from escaping from conflicts, territorial and environmental expropriations, exploration, poverty, and other reasons. As a result, indigenous groups face temporary or permanent displacement, and they end up going to different places, such as urban areas. Taking that into consideration, this paper aims to analyze indigenous identity on different spaces, highlighting the historical and social transformations that have happened in contemporary times. In order to do that, this study was based on literature review, such as scientific journals, books, theses, and dissertations, using the following keywords as guides: indigenous identity in rural and urban areas, indigenous culture, territoriality, and contemporaneity. The results suggest that geographical segregation and discrimination happen in both rural and urban areas, including identity denial and possibility of cultural adaptation. Indigenous ethnicity and identity resist and persist, regardless the space the people live in, due to reterritorialization and the large household that is a result of cultural dynamics or interculturalism, using modernity as a means of visibility and recognition. These results intend to contribute to the knowledge increase about the indigenous identity, and to encourage the promotion of appropriate public policies in order to recognize the indigenous peoples' rights within all areas.

**Keywords:** Indigenous identity; Contemporaneity; Reterritorialization; Cultural dynamics; Recognition.

**Resumen:** Los pueblos nativos que habitaban, y habitan, el territorio paranaense sufrieron con invasiones de los colonizadores y de los bandeirantes. Las predominancias territoriales de las etnias Kaingang y Guaraní fueron siendo modificadas por la movilidad resultante de fugas por conflictos, expropiaciones territoriales y ambientales, explotaciones, miserabilidad, entre otras. Así, ocurren desplazamientos, temporales o permanentes, de grupos indígenas para diversos espacios, tal como en el perímetro urbano de las ciudades. Ante esto, el artículo tiene como objetivo analizar la identidad de los pueblos indígenas en diferentes espacios, evidenciando las transformaciones histórico-sociales ocurridas en la contemporaneidad. Para ello, se utilizó como procedimiento metodológico la investigación bibliográfica en revistas científicas, libros, tesis y disertaciones por medio de las siguientes palabras clave: identidad indígena en los espacios urbano y rural, cultura indígena, territorialidades y contemporaneidad. Los resultados indican la presencia de segregaciones y discriminaciones en los espacios urbanos y rurales, con negaciones de la identidad indígena y posibilidades de adaptación cultural. Factores como la etnia y la identidad de los pueblos indígenas resisten a los cambios y permanecen independientemente del espacio que ocupan, existiendo un proceso de reterritorialización y de constitución de familia extensa, pues ocurre una dinamicidad cultural o interculturalidad, utilizando la modernidad como medio de visibilidad y de reconocimiento. Por lo tanto, tales resultados buscan contribuir con los conocimientos acerca de la identidad de los pueblos indígenas y proporcionar subsidios para el incentivo de la promoción de políticas públicas adecuadas al reconocimiento de los pueblos indígenas en los espacios, dignos de derechos fundamentales.

**Palabras clave:** Identidad indígena. Contemporaneidad. Reterritorialización. Dinamismo cultural. Reconocimiento.

**Recebido em** 20/05/2023.

**Aceito em** 06/12/2024.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo é um recorte de dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Câmpus de Campo Mourão-PR, sendo que na dissertação é que contém dados mais amplos a respeito da história do município com fortes apontamentos da presença indígena, principalmente Kaingang e Guarani, permitindo-nos compreender as vivências, necessidades e reivindicações desses grupos indígenas. Assim como, as medidas públicas existentes e a importância dos estudos decoloniais para o desenraizamento de preconceitos e narrativas coloniais, já que os povos indígenas ainda vêm enfrentando diversas violações à sua dignidade, aos direitos às terras, recorrência de preconceitos, racismo, discriminação, xenofobia e segregação ou negação social.

No entanto, esse recorte apresenta apenas uma parcela das informações e reflexões pertinentes à temática, retratando parte histórica do século XVI referente aos povos indígenas, até a questão do não ao marco temporal em 2021. Assim, demonstramos as reivindicações indígenas para fazermos uma análise comparativa da realidade das comunidades e grupos indígenas, Kaingang e Guarani, no município de Campo Mourão-PR, e das políticas públicas existentes a respeito. Informamos que o momento da investigação e escrita da dissertação foram os anos de 2021 e 2022, período em que foi encerrada a pesquisa, e até mesmo por esse motivo é que o atual censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE não foi utilizado, pois somente saiu após a conclusão; porém, para este artigo buscamos atualizar esses dados.

Para tanto, na pesquisa foi relevante trazer à tona essa noção da(s) identidade(s) indígenas no âmbito das transformações histórico-sociais com o objetivo de analisar as relações existentes entre a(s) identidade(s), dinamicidade cultural e territorialidade dos povos indígenas em diferentes espaços na

contemporaneidade. No entanto, a revisão bibliográfica nesse momento não se restringiu às etnias específicas apenas da pesquisa (Kaingang e Guarani), isso porque o enfoque aqui era trazer essa noção ampla da temática em âmbito nacional e, então, foram utilizados os possíveis materiais encontrados que se enquadravam na temática em discussão, datados desde 1984 até 2020, para fazer parte da construção do pensamento até se chegar aos resultados pretendidos pela pesquisa.

Inclusive, o discurso da entrevista dos próprios líderes indígenas Kaingang e Guarani sobre as suas vivências apenas foi apresentado na dissertação, contribuindo para o meio acadêmico e que será matéria para outras publicações. Portanto, este artigo foi uma parcela da dissertação para a construção do pensamento, no qual o foco da pesquisa não era exatamente o cerne deste artigo e, por isso, não houve tamanho aprofundamento quanto a esse tema.

Nesse sentido, como aparato metodológico ao desenvolvimento do conteúdo deste artigo, utilizamos um aporte bibliográfico em periódicos científicos, livros, teses e dissertações por meio das seguintes palavras-chave: identidade indígena nos espaços urbano e rural, cultura indígena, territorialidades e contemporaneidade. Contextualizando transformações histórico-sociais, a tradição, a modernidade e as relações da(s) identidade(s) dos povos indígenas com os espaços, as terras indígenas (T.I.s), territorialidades, família extensa, cultura, a mobilidade e os deslocamentos temporários ou permanentes para as cidades.

Destarte, a pesquisa buscou imergir-se na área de concentração do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná, utilizando a abordagem interdisciplinar entre as áreas da História, Geografia, Direito e outras áreas do conhecimento que se entrelaçam. Para Oliveira (2016), os estudos deixaram de fora o seu foco de conhecer as formas concretas pelas quais as coletividades indígenas lograram resistir, se organizaram e continuaram a atualizar sua cultura na contemporaneidade, sublinhando a necessidade de estudos transversais para entender os indígenas hoje em dia. Dessa

forma, no dossiê “Etno-História Indígena: abordagens interdisciplinares”, os autores Noelli, Mota e Cavalcante (2017, p. 1) apresentaram que, nas últimas três décadas, acompanharam “o crescimento da pesquisa sobre a história dos povos indígenas no Brasil, posicionando-os enquanto protagonistas da história e não apenas como vítimas da inexorabilidade histórica”. E, para esses autores, há um consenso entre os pesquisadores da área de que na reflexão sobre a história indígena é importante conjugar dados e métodos de várias disciplinas, tais como a História, Antropologia, Arqueologia, Linguística, Geografia, Ecologia e outras; metodologia essa que chamam de “Etno-História”.

Por essas razões, a pesquisa em sua totalidade apresenta uma abordagem interdisciplinar em que o aporte base utilizado: da História, a compreensão e o desenrolar de processos envolvendo os povos indígenas na história paranaense e mourãoense, com autores como Éder da Silva Novak (2016), Lúcio Tadeu Mota (2016) e Jair Elias (2018); da Geografia, a compreensão dos espaços ocupados e da mobilidade dos grupos indígenas, por meio de autores como Milton Santos (2002) e Rogério Haesbaert (2007); do Direito, os amparos legais existentes e sua aplicação, documentos oficiais da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Boaventura de Sousa Santos (2014) e Sílvio Salvo de Venosa (2004); da Antropologia, o entendimento sobre a identidade e cultura indígena, utilizando autores como Clifford Geertz (1989), Ana Elisa de Castro Freitas (2005, 2015), João Pacheco de Oliveira (2016), Pierre Clastres (1978) e Stephen G. Baines (2001); da Sociologia, a complexidade do tema em sociedade em busca do desenvolvimento social e sustentável, através de autores como Boaventura de Sousa Santos (2014) e Eduardo Soares Nunes (2010) e; da Psicologia, objetivando a compreensão dos grupos indígenas em sociedade, com autoras como Bianca Sordi Stock (2013) e Tania Mara Galli Fonseca (2013). É por isso que este artigo retrata apenas uma parcela da dissertação e nele pode ter pontos que não foram aprofundados, mas que foram em outros momentos da pesquisa.

Nesse sentido, podemos indicar a existência de predominância territorial e ambiental, ambas distintas entre etnias indígenas, porém foram sendo modificadas por invasões estrangeiras nas territorialidades das populações indígenas, expedições territoriais, perseguições aos nativos, a criação de cidades, a modernidade e a globalização e, então, os povos nativos foram perdendo os seus territórios de origem e ocupando demais localidades, ou seja, reterritorializando. Os que se entendiam como representantes da sociedade “[...] ignoravam a forma de vida dos grupos indígenas, suas relações com o seu território, a caça, a pesca, a coleta de alimentos, e que além da área com suas moradias, também mantinham estreitas e tradicionais relações com áreas mais distantes [...]” (NOVAK; MOTA, 2016, p. 87).

Os povos indígenas sofreram repressões quanto ao reconhecimento de sua(s) identidade(s) e, diante das locomoções para os espaços urbanos e rurais, têm sofrido e enfrentado diversas violações à sua dignidade e aos seus direitos, visto que a “[...] situação dos povos indígenas no Brasil é marcada por preconceitos historicamente enraizados e situações de relações sociais de dominação-sujeição altamente assimétricas” (BAINES, 2001, p. 1-2).

Portanto, por meio de embasamento teórico, apresentamos em um primeiro momento as discussões referentes ao contato de povos indígenas em diversos contextos, territorialidades, espaços, contemporaneidade e, em um segundo momento, as reflexões de serem ou não abaladas a(s) identidade(s) e cultura(s) dos povos indígenas por meio desses contextos.

## **TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS: TERRITORIALIDADES INDÍGENAS**

Inicialmente, os europeus foram avassaladores com a cultura indígena, privando-os até mesmo de sua própria língua, o que interferiu consideravelmente na identidade desses povos (FURTADO, 1984). Não bastasse tantas violências aos povos

indígenas no decorrer dos processos históricos, ressaltamos ainda que as questões como subdesenvolvimento, tradição, cultura e meios rurais eram consideradas como atraso ou obstáculo ao desenvolvimento e modernização, um passo atrás na caminhada para as cidades, isto é, qualquer tipo de pensamento que não fosse o europeu era um constrangimento à eficiência produtiva e material (AMARO, 2003).

Com o advento da modernidade, muitas realidades foram remodeladas, pois as instituições modernas acabaram afetando pessoas e grupos que vivenciam ambientes mais tradicionais e até mesmo fora das partes consideradas mais “desenvolvidas” do mundo (GIDDENS, 2002).

A globalização se enquadra como uma das consequências da modernidade, que esmaga culturas e ocasiona um desenvolvimento desigual (GIDDENS, 1991). Também gera certa insegurança nas relações sociais, ao contrário do que era tradicional, já que “[...] a tradição cria uma sensação de firmeza das coisas que normalmente mistura elementos cognitivos e morais [...]” (GIDDENS, 2002, p. 50). Assim, Bauman (2001) expõe que fluidez ou liquidez seria a principal metáfora para o estágio presente da era moderna, já que os líquidos não mantêm a sua forma com facilidade, diferindo-se do que é sólido ou tradicional. Vamos percebendo que cada vez mais, “[...] a conexão entre local e global está ligada a um intenso conjunto de transformações na natureza da vida cotidiana” (GIDDENS, 2002, p. 27).

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1988) ainda explica que para se entender completamente a evolução global da população mundial, precisamos considerar: 1) a distribuição da população entre as diversas áreas do globo e que dentro de cada país evolui de maneira desigual; 2) além do excesso de nascimentos e de mortes, devemos levar em conta as migrações internas e internacionais; 3) as porções de território ocupadas pelo homem vão desigualmente mudando de natureza e composição, exigindo nova definição. Em outras palavras, há uma heterogeneidade do espaço habitado, seja na distribuição numérica entre continentes e países, na sua



evolução ou na “diversidade qualitativa sobre a superfície da terra, quanto a raças, culturas, credos, níveis de vida etc” (SANTOS, 1988, p. 16).

Também notamos um posicionamento semelhante no trecho a seguir descrito por Oliveira (2016), no qual entendemos por ora resumir ao termo segregação nos espaços:

As estruturas e práticas estatais não podem ser compreendidas unicamente a partir de espaços sociais e políticos europeizados, em que vigoram categorias sociais e econômicas previamente estabelecidas pela tradição ou reguladas por contrato. Tudo o que se passa fora destes espaços sociais é definido como ‘sertão’ ou ‘fronteira’, *locus* de recursos que podem vir a ser apropriados pelos cidadãos da metrópole que para ali se deslocam de forma permanente ou eventual. Os moradores dessas regiões, caracterizados como ‘outros’, isto é, exteriores à sociedade, passam à condição de despojos de guerra ou refugiados, vistos em consequência como desprovidos de direitos e investidos em obrigações não claramente estabelecidas (OLIVEIRA, 2016, p. 18).

A cidade pode ser considerada como um espaço físico ou como um modo de existência específico, esse que compreende a urbanidade como um modo de existência que se origina na cidade, mas não se confina a ela (NUNES, 2010). Assim, Santos (1988) pontua o crescimento das cidades e do capitalismo, sendo que este ocorreu:

Na transição do feudalismo para o capitalismo, quando as terras pertencem aos senhores feudais, a cidade aparece como o lugar do trabalho livre. O burgo, lugar onde o trabalho livre é possível, concentra os artesãos; o pedreiro, o alfaiate, mas também os comerciantes. Este lugar, a cidade, se diferencia do campo, entre outros motivos, pela possibilidade desse trabalho livre [...]. A cidade renasce (pois já existia antes do feudalismo - as primeiras formam-se por volta de 3.500 a. C.) no momento no qual se conhece um movimento bastante intenso de trocas. A descoberta da América, a intensificação das relações comerciais, com a Ásia e a África, fazem crescer as cidades. Quando se compra mais as cidades produzem mais, trocam mais excedentes entre si e, conseqüentemente, podem expandir-se e vêem [sic] seus espaços, elementos e relações aumentados; crescem e especializam-se em determinadas atividades (SANTOS, 1988, p. 20).

Nesse sentido, “quem não pode mover-se periodicamente para obter os novos itens de consumo que a publicidade lhe insinua, acaba saindo de vez. Temos aí um novo motivo para o aumento do número de migrantes para os maiores centros” (SANTOS, 1988, p. 21). Com essas mudanças e contatos culturais, “este é um processo amplamente disseminado nas condições atuais, em que a dependência de produtos e instituições das sociedades industriais se espalha por todas as partes do mundo [...]” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 219).

De antemão, ressaltamos que “a diferenciação natural foi uma das primeiras bases para a formação de territórios (e ainda o é em certos espaços/grupos sociais, como os indígenas da Amazônia, os tuaregues do Saara ou os nômades mongóis e tibetanos) [...]” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 46-47). Para tanto, é necessário levar em consideração essa formação espacial natural para a desenvoltura de um território e conseqüentemente de uma cultura ou identidade de um povo. Assim, o geógrafo Haesbaert e a arquiteta e urbanista Limonad (2007, p. 46-47) apresentam que “[...] há sempre uma base *natural* para a conformação de territórios e que, dependendo do grupo social que o produz (por exemplo, as comunidades indígenas), a relação dos grupos sociais com a *primeira natureza* pode mesmo ser primordial na sua definição [...]”.

Um exemplo sobre o que foi dito, exemplifica-se no estudo de Lappe e Laroque (2015), que visa analisar aspectos dos indígenas Kaingang e suas relações com a natureza nas Terras Indígenas *Por Fi Gâ*, em São Leopoldo, *Jamã Tj Tãnh*, em Estrela, e *Foxá*, em Lajeado, localizadas em áreas urbanas no estado do Rio Grande do Sul. Como fundamentação, utilizamos autores que estudam o povo Kaingang, sua cultura e a perspectiva indígena, considerando essa relação fundamental com a natureza, já que o próprio etnônimo Kaingang significa “povo do mato”. Para Lappe e Laroque:

Os dados analisados nos possibilitam constatar que, no universo Kaingang, humano e natureza constituem-se uma amálgama. Salienta-se também que o etnônimo Kaingang significa *gente do mato*; sendo uma autoidentificação do grupo como parte da natureza, remete à noção de um meio ambiente determinado enquanto constitutivo de sua identidade (LAPPE; LAROQUE, 2015, p. 154).

Atentamo-nos pelo fato de que historicamente já havia a presença indígena nos territórios em que se localizam as cidades, e com a construção dos espaços citadinos, cada vez mais vem ocorrendo os deslocamentos, temporários ou permanentes de grupos ou famílias indígenas para diversos espaços e por vários motivos. Assim como expõe Baines (2001, p. 3), há “um número crescente de líderes indígenas que está migrando para as cidades para participar do movimento indígena, e muitos jovens indígenas estão migrando para estudarem e se prepararem para enfrentar a sociedade nacional”. Nesse entendimento:

Historicamente, diferentes povos indígenas têm se deslocado em busca de matéria-prima para confeccionar artesanato, coletar comida e visitar parentes. Transitam e moram em diferentes espaços, incluindo aqueles onde hoje há cidade. Portanto, deslocar-se e, a seguir, estabelecer moradia temporária em determinados espaços é algo tradicional à maior parte dos povos indígenas (COMIN, 2008, p. 17-18).

Portanto, tais fatores levam-nos à reflexão da crescente presença de grupos indígenas na cidade (STOCK; FONSECA, 2013, p. 283), conjuntamente com as relações que são formadas nesse espaço com a sociedade.

Assim sendo, Tommasino (2016), em seu artigo “Reflexões sobre a territorialidade Kaingang e a importância da inter-trans-disciplinaridade”, expõe sobre as convivências e territorialidades dos Guarani e dos Kaingang que:

Tanto a visita à família guarani [sic] em Guaíra quanto as perícias na aldeia urbana dos Kaingang na cidade de Chapecó-SC e dos Guarani de Araçá nos municípios de Saudades e Cunha Porã-SC, mostraram-me que as territorialidades indígenas tinham extravasado as fronteiras oficiais, ou nunca haviam se restringido a elas. Para além das relações econômicas e de

exploração do trabalho indígena, alianças vêm sendo costuradas através dos casamentos entre índios e brancos, na convivência promovida pela participação nas diferentes religiões, batizados, festas, bailes, futebol e outras. Essas constatações mostram que temos de romper a nossa tradicional delimitação do campo espacial e seguir os itinerários que os índios fazem nos interstícios da sociedade regional e estadual e no caso dos Guarani, transnacional (TOMMASINO, 2016, p. 127).

No referido artigo, Tommasino (2016) sublinha um viés sobre a realidade “vista de baixo para cima”, que são as realidades vividas e do ponto de vista dos próprios indígenas, ao contrário daquela realidade instituída e reconhecida pelo Estado “vista de cima para baixo”. A autora menciona um exemplo dessa realidade vista de baixo para cima quando expõe que notou em algumas TIs a relação interétnica construída entre Kaingang e Guarani a partir da interferência e administração de órgãos indigenistas oficiais na história, no sentido de que essas famílias acabaram se vinculando por laços de consanguinidade e de afinidade. Ademais, sobre o espaço das TIs:

Para os povos indígenas, o espaço das TIs representou e representa espaços onde são vigiados e controlados, onde se localizam os equipamentos sociais como escola, posto de saúde, igreja, escritório da FUNAI local, salão de festas e outros. Desde os primeiros contatos e principalmente ao longo das décadas pós-conquista, esse espaço tornou-se imprescindível aos índios que passaram a depender dos objetos industriais do mundo branco e com o esgotamento dos territórios de caça, pesca e coleta, tiveram de buscar outras alternativas de sobrevivência junto às estruturas do indigenismo ou mesmo por conta própria. [...] os Kaingang tiveram de buscar trabalho para comprar os produtos de mercado que se tornaram itens indispensáveis de sua dieta assim como roupas, sapatos e outros produtos. Cada vez mais fazem parte do mercado consumidor e para isso têm de se submeter aos serviços que são ofertados em cada momento. [...] Conheci índios kaingang e guarani [sic] que disseram ter trabalhado nos sítios de vários municípios mais ou menos próximos das aldeias, sendo que algumas famílias moraram durante décadas em locais fora das terras delimitadas, em locais de difícil acesso, fora das terras delimitadas onde permaneceram até os anos de 1980 (TOMMASINO, 2016, p. 127-128).

No entanto, Tommasino (2016) também complementa que nos espaços no interior das TIs é onde se realizam os seus rituais contemporâneos (caça, pesca, bailes,

futebol, constroem ranchinhos próximos a rios e matas). E outro exemplo para obter recursos para comprar mantimentos e objetos pessoais são as cestarias feitas pelas mulheres indígenas, que vendem seus artesanatos na cidade. Dessa forma, “praticamente todas as cidades norte-paranaenses são frequentadas pelas famílias kaingang [...]” (TOMMASINO, 2016, p. 129), pois “[...] a territorialidade kaingang não possui fronteiras fixas e está sempre em movimento de expansão ou retração. O objetivo principal é mostrar que a realidade vivida concretamente pelos índios possui outras cartografias que não coincidem com aquelas definidas pelo Estado” (TOMMASINO, 2016, p. 129-130).

Sobre o espaço, Milton Santos (1988) expõe, a título de exemplo, que a palavra “sólido” não tem seus significados colocados em dúvida, pois associa-se a experiências elementares, no entanto, não ocorrendo, assim, com a palavra “espaço”, já que é corriqueiramente substituída por lugar ou território. A palavra espaço também é muito utilizada como substantivo, tais como espaço do homem e espaço do migrante. Porém, o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre esses objetos que servem de intermediários. Nesse entendimento, “os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 1988, p. 26). Assim, “o espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento” (SANTOS, 1988, p. 27).

Diante disso, Santos (1988) destaca que o espaço imprime a presença do homem sobre a Terra e sua capacidade de ação. Assim sendo:

A presença do homem na face da Terra muda o sistema mundo. Torna-se, o homem, centro da Terra, do Universo, imprimindo-lhe uma nova realidade com sua simples presença. O homem é um dado da valorização dos elementos naturais, físicos, porque é capaz de ação. Usa suas forças intelectuais e físicas contra um conjunto de objetos naturais que seleciona como indispensável para se manter enquanto grupo. Assim, o homem é sujeito, enquanto a terra é objeto. E em torno do homem que o sistema da

natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte, um novo significado (SANTOS, 1988, p. 28).

Outro elemento que imprime o homem no espaço é o território, sendo este uma “expressão [...] de uso antigo nas ciências sociais e naturais; recentemente, porém, com a retomada dos estudos de geografia política e de geopolítica, ela voltou a ser utilizada, e hoje concorre com termos tradicionais, como *espaço* e *região*” (ANDRADE, 2004, p. 19). Diante disso, o autor expõe que a formação de um território faz com que as pessoas que nele habitam tenham uma consciência de participação, confraternização e de territorialidade, e que a partir de meados do século XX é que se tentou transformar em território o espaço do Brasil, abrindo estradas para interligá-lo e implantar núcleos coloniais, desrespeitando, assim, nações indígenas que já habitavam essas áreas.

É nesse sentido que Andrade (2004) fez uma reflexão valiosa sobre as vertentes contra a extensão das reservas indígenas e sobre a ausência de condenação às extensões de terra dos latifundiários que desrespeitam os direitos humanos e as regras de conservação ecológica:

As nações indígenas ocupavam áreas de caça e de pesca onde se desenvolviam e mantinham sua cultura, sem maiores contatos com os chamados civilizados. Daí, a grande extensão de terras consideradas como reservas indígenas e o processo de penetração violento que é feito com apoio ou à revelia dos governos, pelos métodos mais bárbaros e primitivos. É comum ouvirem-se referências contra a concessão de grandes reservas a grupos indígenas, como a dos ianomâmis, sem uma igual condenação à concessão de grandes extensões de terra a latifundiários nacionais e estrangeiros e a grandes companhias industriais que intervêm na área para assegurar a propriedade e a posse da terra, com o maior desrespeito aos direitos humanos ou às mais elementares regras de conservação ecológica (ANDRADE, 2004, p. 20-21).

O autor também reportou que a exploração territorial não ficou apenas nos primórdios dos processos históricos, pois é uma questão que ainda vem ocorrendo na atualidade:

E os índios vêm sendo, até os nossos dias, combatidos, espoliados, explorados e desapropriados de suas terras na Amazônia e no Centro-Oeste, em nome da necessidade de conquista do território nacional e da exploração das riquezas naturais, baseados em projetos governamentais [...] (ANDRADE, 2004, p. 80).

Portanto, tal como destacado por Milton Santos (1988), é considerável a importância do território na realização da história e o interesse crescente não somente de geógrafos, mas também de urbanistas e cientistas de diversos horizontes como economistas, sociólogos, etnólogos, politicólogos, historiadores, demógrafos e outros.

Tommasino (1995) apresenta o modo de viver e as relações Kaingang com o espaço e sua mobilidade territorial:

Quando afirmamos que o modo de vida dos Kaingáng era definido pela caça e coleta é porque a forma de organização do espaço foi conformada pelas atividades de caça-pesca-coleta: a construção [sic] de wãre (acampamento provisório), tendo como referência o emã, a aldeia fixa. Essa mobilidade no interior de seu território, pelo que se pode deduzir, tinha as seguintes características: as atividades florestais ou de pesca se organizavam em torno dos grupos de parentesco; a aldeia fixa nunca ficava vazia, havendo sempre os que saíam e outros que voltavam; algumas atividades (como melar) demandavam menos gente, menor distância percorrida e menor tempo fora do emã (TOMMASINO, 1995, p. 294-295).

Nesse sentido, Tommasino (1995) expõe que, através de laços de reciprocidade, os Kaingang foram transbordando os limites ou fronteiras territoriais, no qual o espaço social se ampliou para dentro da sociedade nacional, concretizando-se em nova territorialização indígena, como por exemplo:

A um processo de (re)territorialização ou (re)criação do espaço social e temporal, seja quando têm de subordinar-se ao sistema econômico regional, quando vão trabalhar como cortadores de cana nas destilarias do Mato Grosso do Sul, ou ainda, para vender seu artesanato na cidade de Londrina, coincide uma (re)territorialização também dentro das reservas. Considerando-se que as reservas são administradas pelos técnicos da

FUNAI e toda a política tem orientação exterior [...] (TOMMASINO, 1995, p. 295-296).

Também notamos quanto à territorialidade ou território em movimento Guarani que:

Os Guarani Mbya mantêm a configuração de seu território tradicional através de suas inúmeras aldeias distribuídas entre vastas regiões no Paraguai, na Argentina, no Uruguai e no Brasil, constituindo-se o mar seu limite terreno. Para os Mbya, o conceito de território supera os limites físicos das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de mundo que implica na redefinição constante das relações multiétnicas e no compartilhar espaços. A apreensão de seu território, por sua vez, afirma-se no fato de que suas relações de reciprocidade não se encerram exclusivamente nem em suas aldeias, nem em complexos geográficos contínuos. Elas ocorrem no âmbito do mundo onde se configura seu território. Desse modo, as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e religiosas e as redes de parentesco implicam em permanente mobilidade que garante aos Mbya o domínio de uma ampla extensão geográfica (LADEIRA; MATTA, 2004, p. 08).

Tal mobilidade é denominada pelos Guaranis de *Oguatá*, conforme expõem Ladeira e Matta (2004, p. 12): “Venham todos Nhanderu! Venham para nos levantarmos e contar o *Oguata* (caminhada)”.

Portanto, historicamente ocorreu a desterritorialização dos povos indígenas mediante forças de expulsão de seus territórios; no entanto, os povos indígenas resistiram e contemporaneamente estão em processo de reterritorialização nas cidades, conforme a exemplificação:

Os acampamentos de hoje podem ser pensados como uma edição, historicamente atualizada, de uma antiga tradição Kaingáng. Os novos acampamentos provisórios surgem dentro do presente contexto, que os obriga a sair das reservas para garantir a sobrevivência no território modificado pelo branco. Se antes caçavam e coletavam nas florestas, hoje o fazem na cidade [...] (TOMMASINO, 1995, p. 309).

De acordo com a FUNAI em “Índios no Brasil: quem são” (s/d, p. 1), a população indígena vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação

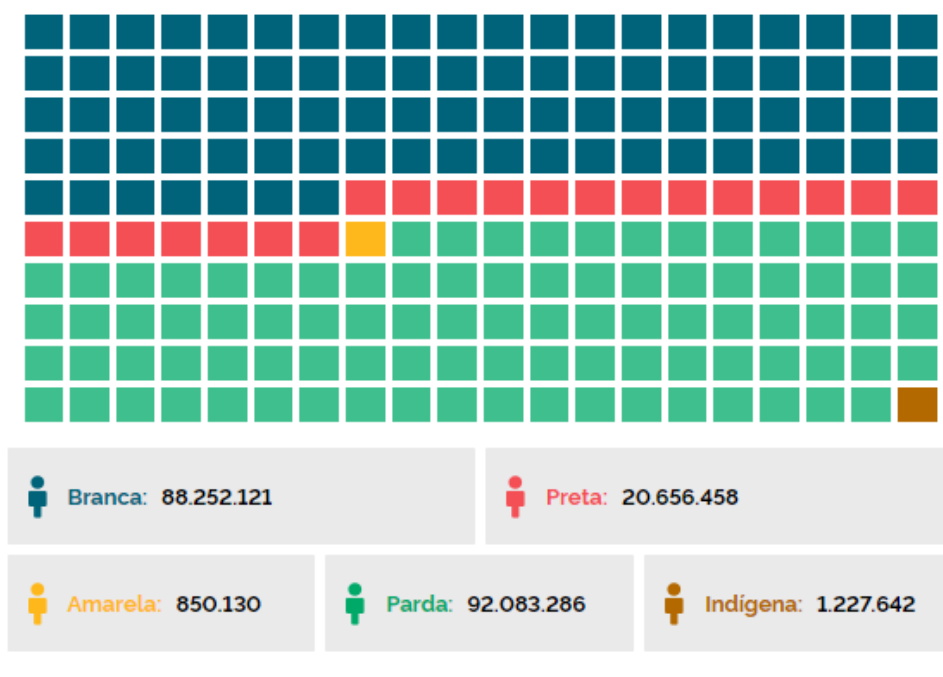


social, com o desafio de problemas concretos, como invasões e degradações territoriais e ambientais, mendicância, exploração sexual e de trabalho, inclusive infantil, aliciamento e uso de drogas, o que vem causando grande concentração de indígenas nas cidades. Necessitando, assim, buscar novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural, garantindo melhor qualidade de vida às próximas gerações.

A FUNAI apresentou também dados do censo do IBGE de 2010, segundo o qual a população brasileira somava 190.755.799 milhões de pessoas, com 817.963 mil declarados indígenas, representando 305 diferentes etnias e registrando no país 274 línguas indígenas. Em 2022, houve um aumento significativo para 1.227.642 pessoas, como retratado na figura abaixo:

**FIGURA 01** - Distribuição populacional por cor ou raça no Brasil - 2022

Cor ou Raça (cada bloco - 0.5%)



Fonte: IBGE, 2022.

Segundo os dados do Censo do IBGE (2022), o Paraná apresenta 30.460 indígenas autodeclarados, sendo 345 municípios com ao menos um indígena autodeclarado. De acordo com o mesmo levantamento, é válido ressaltar que 13.887 dos indígenas moram em terras de demarcação, sendo outros 16.573 em terras não demarcadas. As duas principais etnias presentes no estado do Paraná são os Guarani e os Kaingang, as quais estão entre as três mais populosas no sul do País (BOARETTO, 2015).

A FUNAI informa ainda que no Brasil, o povo Tikuna, residente no Amazonas, em números absolutos, foi o que apresentou o maior número de falantes e a maior população; em segundo lugar, por número de indígenas, ficou o povo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul; e em terceiro lugar ficaram os Kaingang da região Sul (FUNAI, s/d, p. 08).

Assim, podemos relacionar o quanto essas transformações histórico-sociais atingiram e atingem os povos indígenas, principalmente quanto a esses processos de mobilidade ou deslocamento temporário ou permanente, e a reflexão que se coloca a partir de então, seria em relação à identidade dos povos indígenas em contextos diversos e espaços que habitam ou habitarão, tal como a cidade. Então, a discussão que se coloca nesse momento, é de que se em contato com outros contextos, a identidade cultural dos povos indígenas seria mantida? Para isso, por meio de embasamento teórico, apresentamos reflexões sobre essa questão.

## **A DINAMICIDADE CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS EM DIFERENTES ESPAÇOS**

Inicialmente, “compreender uma cultura diferente da sua envolve trabalhar a sensibilidade do ouvir e do olhar” (COMIN, 2008, p. 18). Isso é: “ouvir o que o/a outro/a, que tem traços culturais diferentes dos meus, tem a dizer, antes de

estabelecermos pré-conceitos e conceitos, dizendo, muitas vezes, inclusive, quem ele/a é ou o que pode ou não ser” (COMIN, 2008, p. 18).

No caso de fronteiras étnicas, Poutignat e Fenart apresentam que: “[...] a força de uma fronteira étnica pode continuar constante através dos tempos, apesar de – e às vezes mediante – transformações culturais internas ou mudanças na natureza exata da própria fronteira [...]” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 157). Os autores expõem ainda que as fronteiras étnicas são mantidas por um conjunto imitado de traços culturais, contudo a maior parte da substância cultural que em determinado momento é associada a uma população humana não é restringida por essa fronteira; ela pode variar, ser reconhecida e mudar, sem nenhuma relação importante com a manutenção das fronteiras do grupo étnico (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 226-227). Assim:

[...] quando se retraca a história de um grupo étnico ao longo do tempo, não se está, simultaneamente, no mesmo sentido, traçando a história de uma ‘cultura’: os elementos da cultura presente de um grupo étnico não surgem do conjunto particular que constituiu a cultura do grupo em um período anterior, embora o grupo tenha uma existência organizacional contínua, com fronteiras (critérios de pertença) que, apesar das modificações, nunca deixaram de delimitar uma unidade contínua (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 227).

Para o COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas, “a cultura de determinado grupo étnico não é fixa ou parada no tempo. Ela é construída na relação entre sujeitos de um mesmo grupo e de diferentes grupos étnicos e, por isso, está sempre em processo de mudança, reconstrução e ressignificação” (COMIN, 2008, p. 14). Ou seja, a cultura é dinâmica e se transforma a cada novo conhecimento.

O Conselho de Missão entre Povos Indígenas (2008) demonstra que o povo Kaingang em São Leopoldo/RS “manifesta sua identidade através de traços culturais como o artesanato, o uso de ervas medicinais, os ritos religiosos e, frequentemente, através do grupo de danças” (COMIN, 2008, p. 17). Há o contato entre os indígenas

que moram na cidade com os seus parentes de áreas rurais, que podem ser tanto das terras indígenas, como das terras dominiais, como, por exemplo, quando ocorrem festa, nascimento, doença, morte de um parente, para uso de chás com a saúde e materiais para o artesanato. Assim como os indígenas que vão para a cidade em visitas ou cuidados com a saúde, também encontram um lugar de aconchego. Portanto, trocam experiências e vivências nos espaços em que se encontram, “os povos indígenas que moram na cidade não esquecem suas raízes e os que ainda moram no interior, lembrando que, mesmo à distância, a união entre eles permanece” (COMIN, 2008, p. 06).

Para o COMIN (2008), a cultura dos povos indígenas cultiva-se pela linguagem, histórias passadas de geração em geração, pelo artesanato e suas gravuras, pela dança, do cuidado com a saúde e a natureza, assim como também são demonstradas na cidade. Desse modo, COMIN (2008) afirma que:

Na cidade, o artesanato mostra a cultura e a tradição dos povos indígenas, mas também é uma importante forma de sobrevivência e um jeito do povo ser reconhecido pelas pessoas de outras culturas. Muitas vezes, uma conversa entre indígenas e pessoas de outras culturas inicia a partir da venda do artesanato. É assim que passam a se conhecer e se respeitar (COMIN, 2008, p. 07).

Com relação à confecção do artesanato, no relato de um indígena Kaingang da aldeia do Morro do Osso, em Porto Alegre-RS, ilustra o que se disse anteriormente:

Nossa arte vem do fundo de nosso espírito, que herdamos dos ancestrais... Nossa sabedoria nos ensinou a transformar parte de nossos bens tradicionais. Aqui na cidade, criamos muitos outros produtos, como pulseiras, anéis, colares e brincos, além de inúmeros objetos para uso pessoal e para as datas comemorativas dos não índios. São fruto de nossa imaginação e de nossos conhecimentos culturais (COMIN, 2008, p. 14).

As culturas indígenas podem, geralmente, prezar por seus conhecimentos próprios voltados à saúde e que passam de geração em geração como, por exemplo,

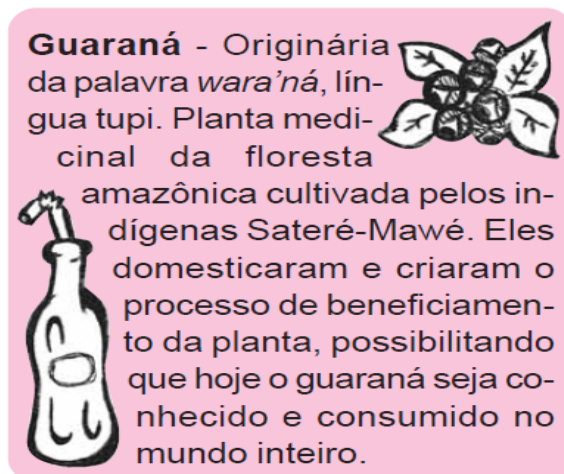
o uso de plantas naturais, assim como “muitas pessoas de outras culturas aprendem com os indígenas como usar chás e ervas medicinais para cuidar da saúde” (COMIN, 2008, p. 11). No entanto, também buscam atendimento médico nas cidades, por exemplo: “os indígenas aceitam o tratamento com médicos ou em hospitais. Querem, contudo, um atendimento hospitalar que permita, por exemplo, levar junto a rede para deitar, o seu chá indicado pelo pajé, e ter a própria presença do pajé” (COMIN, 2008, p. 11). Mas, não necessariamente todos os indígenas querem um atendimento misto ou que pensem assim.

Quanto aos saberes nativos, vale ressaltar que:

Em relação a plantas e animais, o saber indígena foi o que mais contribuiu para o cotidiano e a qualidade de vida dos paranaenses. A grande quantidade de pinheiros araucária, palmeiras e árvores que fornecem frutas, como a pitanga, jabuticaba, guabiroba e araçá, foi originada pelo manejo ambiental dos índios. Ainda existe grande diversidade de plantas medicinais cujos benefícios ainda estamos aprendendo. Esse saber vem da cultura indígena (PARELLADA, 2006, p. 35).

Na figura 02, apresentamos também o exemplo do guaraná, que é uma planta medicinal nativa:

**FIGURA 02** – Planta medicinal - Guaraná



Fonte: COMIN, 2008, p. 11.

Dessa forma, “viver em espaço urbano não faz com que os indígenas abram mão de sua identidade étnica. Na convivência com pessoas de outras culturas ocorre uma ressignificação de alguns de seus traços culturais” (COMIN, 2008, p. 14). Assim, existe uma dinamicidade cultural. Segundo o antropólogo brasileiro Roque de Barros Laraia (2009), a cultura não é um elemento estático, mas dinâmico, por acompanhar transformações. Isso significa que modificações espaciais e temporais, por exemplo, alteram igualmente tais traços e relações culturais já estabelecidas, conformando fluidez e constância nas variações de fatores.

Nesse raciocínio, de acordo com Nunes (2010, p. 20), para os indígenas, “[...] sair da ‘aldeia’ e ir morar na cidade seja menos urbanizar-se que colocar-se numa posição diferencial em relação à família extensa, posição essa que cumpre função específica na perpetuação do grupo [...]”. As suas etnias referem-se às características culturais, como língua, religião, costume, tradições e sentimento de “lugar”, que são partilhadas por um povo (HALL, 2006).

Portanto, a família extensa se refere à perpetuação do grupo indígena no espaço e, a título de exemplificação, em Porto Alegre foi realizada uma experiência com mapas da cidade em que as crianças indígenas, no decorrer de suas atividades, pintaram os seus próprios corpos representando as terras indígenas, conforme relataram as psicólogas Stock e Fonseca (2013):

Como dispositivo de comunicação da experiência de estarem em uma terra recentemente conquistada, construímos mapas da cidade com crianças e jovens Kaingáangs de uma comunidade de Porto Alegre, durante o percurso de um processo grupal. Pintaram com guache colorido cada ponto turístico, cada local de passagem e passeio que lhes vinham aos dedos, estendendo a memória pelo grande papel. Até que em determinado momento provocamos, ansiosos: “Onde está a terra indígena no mapa? Vocês não vão se pintar?”. Então, eles se pintaram, e nós ficamos calados. Pintaram mãos, barriga, braços e rostos. Pintaram a geografia da cidade em seus corpos nômades como extensão da floresta, como extensão da cidade-floresta (STOCK; FONSECA, 2013, p. 286).

Diante desse relato e das análises até então, notamos que os povos indígenas possuem a sua identidade independentemente da extensão territorial ou do local em que se encontram, ou seja, apesar dos territórios indígenas terem sido ou serem invadidos ou tomados e muitas vezes as suas identidades sofrerem com repressões ao seu reconhecimento, mesmo assim, os povos indígenas resistem e as suas identidades não lhes são retiradas, pois lhes pertencem. Resta ainda compreendermos a diferenciação entre terra indígena, território ou territorialidades e o que significam para os povos indígenas, sendo que Freitas (2016) apresenta perfeitamente essa questão:

Guardadas as proporções, com os limites geográficos das terras indígenas ocorre o mesmo. Resultado de uma delimitação arbitrária, materializada na disposição de marcos sobre pequenas parcelas de terras, embora estes limites estabeleçam uma importante referência geográfica aos povos indígenas na relação com o Brasil, de longe representam a totalidade de seus territórios e territorialidades. Entretanto, no senso comum de muitos, terra indígena ainda é interpretada como sinônimo de território. Esta constatação permite melhor compreender porque a vida indígena não se restringe aos limites das terras delimitadas pelo Estado (FREITAS, 2016, p. 50).

O antropólogo Clifford Geertz (1989, p. 58) apresenta que “[...] a cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade” e, por isso, “ao pensar um caso de inserção indígena na cidade – e isso deve ser feito empiricamente –, há de se levar em conta sua sócio-cosmologia, e dentro desta ‘estrutura’ geral, sua noção específica de territorialidade” (NUNES, 2010, p. 19).

A diversidade cultural é reconhecida pela ONU (Organização das Nações Unidas), por intermédio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), como patrimônio da humanidade, e a interculturalidade é a convivência e coexistência entre culturas e identidades, sendo que sua base é o diálogo entre diferentes, visando superar a intolerância e a violência

(LUCIANO, 2006), já que, conforme demonstrou Hall (2006), a cultura nacional foi estruturada por um longo processo de violência e tentativa de imposição de uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados.

No entanto, Hall menciona a mudança na modernidade tardia, a qual se refere à “globalização” e ao seu impacto sobre a identidade cultural (HALL, 2006). Ocorre a existência de uma tensão entre o “global” e o “local” na transformação das identidades. Nos deslocamentos, “o homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação” (SANTOS, 2002, p. 224).

Apesar de tantas opressões e interferências sobre a sua identidade cultural, os povos indígenas ainda são exemplos de resistência em sociedade e lutam pela continuidade da tradição cultural, identidade, preservação de suas áreas territoriais e demais direitos sociais. E, por outro lado, a modernidade e a urbanização “[...] torna a presença do povo mais visível, e também mais difícil de escamotear a criatividade cultural deste” (FURTADO, 1984, p. 24).

A respeito da modernidade, é relevante trazer essa visibilidade aos povos indígenas no que se refere às mídias sociais, com fortes representações e lideranças indígenas, tendo como exemplos Sonia Guajajara (atualmente Ministra dos Povos Indígenas do Brasil), Joênia Wapichana (Ex-Deputada Federal e Primeira Presidenta Indígena da FUNAI), Davi Kopenawa (Líder político e escritor) e Luiz Eloy Terena (Advogado e pesquisador), inclusive sobre o “Não ao marco temporal”. Assim como, maior representação e protagonismo de líderes e associações indígenas no meio urbano, sendo que a internet também tem demonstrado instantaneamente agressões e violências que ocorrem às comunidades indígenas, como, por exemplo, a divulgação do que vinha ocorrendo com o povo Yanomami no Norte do país, o que traz maior visibilidade às suas pautas reivindicatórias.

Para Hall (2006), existem três concepções diferentes de identidade, sendo: sujeito do Iluminismo, em que o centro essencial do eu era a identidade de uma



peessoa, ou seja, uma concepção “individualista”; sujeito sociológico, no qual a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade, em diálogo contínuo com os mundos culturais, estabilizando os sujeitos e os mundos culturais que habitam, como uma identidade unificada e estável; e o sujeito pós-moderno, no entanto, aqui os fatores estão mudando, pois o sujeito está se tornando fragmentado, já que está composto não apenas de uma, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias. O processo de identificação no qual projetamos em nossas identidades culturais tornou-se provisório, variável e problemático, isto é, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa e assume identidades diferentes em distintos momentos, à medida em que somos confrontados por uma multiplicidade de identidades possíveis.

Sobre a etnicidade, Poutignat e Fenart (1988, p. 141), na obra “Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth”, dizem que “há que convir, com Barth, que a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores”. Ou seja, “os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomizações Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais”. Apresentam ainda as problemáticas da etnicidade:

- O problema da atribuição categorial pela qual os atores identificam-se e são identificados pelos outros.
- O problema das fronteiras do grupo que servem de base para a dicotomização Nós/Eles.
- O problema da fixação dos símbolos identitários que fundam a crença na origem comum.
- O problema da saliência que recobre o conjunto dos processos pelos quais os traços étnicos são realçados na interação social (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 141-142).

Os autores dizem que essa relação surge por processos de rotulação mútua, “[...] uma vez que a existência e a realidade de um grupo étnico não podem ser atestadas por outra coisa senão pelo fato de que ele próprio se designa e é designado por seus vizinhos por intermédio de um nome específico” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 143). E exemplificam que:

[...] Este fenômeno é particularmente visível nas situações migratórias em que os autóctones têm geralmente tendência a englobar em uma identificação comum, frequentemente com base num traço pejorativo (a raça), os grupos recém-chegados que se percebem como culturalmente diversificados [...] (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 144).

Os autores trazem a questão da dominação e coação pela exo-definição, exemplificando ainda que o polo máximo dessa situação é a escravidão e expõem ainda que “[...] nas situações de dominação, frequentemente existem desníveis ou desacordos entre as identidades étnicas que os membros de um grupo se auto-atribuem e aquelas que os outros lhes conferem [...]” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 148). Assim, ocorre a luta contra um rótulo estigmatizante, vide:

O *labelling* étnico é então geralmente o objeto de uma relação de forças na qual o grupo étnico dominado tenta impor sua própria definição e desqualificar aquela que o grupo dominante pretende-lhe impor. O lance do *labelling* étnico pode consistir, para o grupo dominado, em mudar um rótulo estigmatizante por um mais neutro ou valorizante (*negro* por *black*), em lutar contra a imposição de um rótulo particularizando seus membros, ou, ao contrário, impor ao grupo englobante o reconhecimento de um rótulo particularista, como no caso das lutas regionalistas (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 148).

Nesse sentido, podemos perceber que:

Situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes. Contudo, onde indivíduos de culturas diferentes interagem, poder-se-ia

esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma congruência de códigos e valores – melhor dizendo, uma similaridade ou comunidade de cultura [...]. Assim, a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais. O traço organizacional que, segundo minha tese, deve ser encontrado em quaisquer relações interétnicas consiste em um conjunto sistemático de regras dirigindo os contatos interétnicos (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1988, p. 196).

Conforme os autores Poutignat e Fenart (1988), entre essas exo e endo-definições, ocorrem transformações nas quais os grupos se identificam.

Assim, extraímos que, com a mobilidade, os povos indígenas carregam consigo a sua memória cultural e identitária e sempre procuram transmiti-las às suas crianças como forma de perpetuação do grupo e das suas tradições. Contudo, em determinados contextos histórico-sociais, notamos que por repressões violentas, até mesmo os próprios povos indígenas se utilizaram de nomenclaturas que camuflassem sua identidade, negando-a por conta de repressões como, por exemplo, de regimes ditatoriais. Porém, resistem, conjuntamente com a Constituição Federal de 1988, assumem a sua identidade indígena e com os meios modernos têm buscado visibilidade cultural e identitária, luta pelos direitos humanos e de serem ouvidos.

Em vista disso, diante dos costumes e normas, o espaço é fundamental nesse processo de adaptação, pois a “[...] sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente a territorialidade e cultura; e mudando o homem [...]” (SANTOS, 2002, p. 223).

Diante do exposto, são diversos os fatores espaciais, territoriais, culturais, identitários e sociais que envolvem os povos indígenas nos meios urbanos e rurais, sendo de extrema importância que sejam levados em consideração dentro do contexto de mobilidade e no processo de reconhecimento indígena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Historicamente, ocorreu a desterritorialização dos povos indígenas mediante forças de expulsão de seus territórios e tentativa de apagamento de sua identidade; no entanto, os povos indígenas resistiram e, apesar da construção das cidades, do tradicional para o moderno, do sólido para o líquido, com a Constituição Federal de 1988, os povos indígenas assumem a sua identidade e contemporaneamente estão em um processo de (re)territorialização nas cidades ou (re)criação do espaço social e temporal. Existe uma dinamicidade cultural, e a interculturalidade é a convivência e coexistência entre culturas e identidades.

As territorialidades indígenas extravasam as fronteiras oficiais e aldeias, ou não se restringem a elas, pois se está diante de uma família extensa, posição essa que cumpre função específica na perpetuação do grupo, sempre em movimento de expansão ou retração no compartilhar espaços, é a territorialidade ou território em movimento, que em Guarani tal mobilidade é denominada de *Oguatá* (caminhada).

Portanto, apesar do quadro de negação da identidade, dos povos indígenas resistem e sua identidade permanece, independentemente da extensão territorial em que se encontram e, com os meios modernos, têm buscado visibilidade cultural e reconhecimento. Assim, a identidade indígena permanece, mantendo-se as tradições de geração em geração, ocorrendo possíveis quadros de dinamicidade cultural ou interculturalidade.

Por conseguinte, nos destinos citadinos sempre ocorreram protagonismos indígenas na reivindicação, luta pela continuidade da tradição cultural, preservação de seus territórios, observância e aplicação aos seus direitos fundamentais de equidade e respeito e demais direitos sociais, ambos necessários ao bem-estar dos povos indígenas que se sentem invisíveis no meio citadino, conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988; porém, resta necessária maior abertura política de ouvi-los, principalmente na implementação de políticas públicas que lhes dizem respeito nos espaços urbano e rural.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Caderno de Estudos Africanos**, n. 4, 2003, p. 35-70. Disponível em:

<<https://journals.openedition.org/cea/1573?lang=pt>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ANDRADE, Manuel Correia De. **A questão do território no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004. Disponível em: <<http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2017/09/ANDRADE-Manuel-Correia-de-A-Quest%C3%A3o-do-territ%C3%B3rio-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BAINES, Stephen G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. **Revista Brasil Indígena**, v. 2, n. 7, 2001. Disponível em:

<<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto55/FO-CX-55-3502-2006.PDF>>.

Acesso em: 31 maio 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOARETTO, Juliana Dias; MOLENA-FERNANDES, Carlos Alexandre; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Estado nutricional de indígenas Kaingang e Guarani no estado do Paraná, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2323-2328, 2015.

COMIN - Conselho de Missão entre Índios. **Povos indígenas em espaços urbanos: Sateré-Mawé, Terena, Kaingang, Bakairi**. Semana dos Povos indígenas 2008, 14 a 20 de abril. São Leopoldo-RS: Editora Oikos, 2008.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. Identidades indígenas e seu reconhecimento: leituras de Antropologia e Direito. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro et al. (orgs.). **A Questão Indígena e o Poder Judiciário**: Programa de Estudos Avançados. Rio de Janeiro: EMARF, 2016. Disponível em:

<<http://emarf.trf2.jus.br/site/revistaemarf.php>>. Acesso em: 15 maio 2022.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Índios no Brasil**: O Brasil indígena (IBGE). Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. Índios no Brasil: Quem são. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. Disponível em: <<http://arquivos.eadadm.ufsc.br/videos/modulo4/Antropologia/material/A%20Interpretacao%20das%20Culturas.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2021.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *etc..., espaço, tempo e crítica* - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, v. 1, n. 2 (4), 2007. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio%20globaliza%C3%A7ao.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **Censo 2022**. Panorama. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>> Acesso em: 04 dez. 2024.

LADEIRA, Maria Inês; MATTA, Priscila. **Terras Guarani no Litoral**: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós = Ka'agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue y. São Paulo: CTI – Centro de Trabalho Indigenista, 2004.

LAPPE, Emelí; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas Por Fi Gã, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 24.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em:  
<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio\\_brasileiro.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2021.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-História Indígena: abordagens interdisciplinares. **Diálogos** (On-line), v. 21, n. 3, p. 1-3, 2017. Disponível em:  
<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41756/pdf>>. Acesso em: 17 maio 2021.

NOVAK, Éder da Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). **Fronteiras**: Revista de História, v. 18, n. 32, p. 76-97, 2016. Disponível em:  
<<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5824>>. Acesso em: 31 maio 2021.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan/jun. 2010. Disponível em:  
<<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/8289>>. Acesso em: 31 maio 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PARELLADA, Cláudia Inês. **Vida indígena no Paraná**: memória, presença, horizontes. Curitiba: PROVOPAR Ação Social/PR, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Angélica Baptista; ANDRADE Filha, Ianê Germano de; BENEVIDES, Katherine Mary Marcelino et al. Cultura dos povos originários da floresta amazônica na gestação e no puerpério: uma revisão de escopo sob o ponto de vista da segurança alimentar e nutricional. **Saúde Debate**, v. 43, n. 123, p. 1219-1239, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/gLgf7Gnd7pBXsZOfXrMvNbw/?lang=pt>>. Acesso em: 31 maio 2021.

STOCK, Bianca Sordi; FONSECA, Tania Mara Galli. Para desacostumar o olhar sobre a presença indígena no urbano. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 282-287, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/TsvsXG6xMrHzTG9qnr4ym6c/?lang=pt>>. Acesso em: 31 maio 2021.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-27102016-121947/publico/1995\\_KimiyeTommasino.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-27102016-121947/publico/1995_KimiyeTommasino.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2021.

TOMMASINO, Kimiye. Reflexões sobre a territorialidade Kaingang e a importância da inter-trans-disciplinaridade. **R. Museu Arq. Etn.**, n. 27, p.121-134, 2016.